



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | Nº. 13 | Ano 2024

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Alexandre António Timbane
Ivaldo Marciano de F. Lima
Rodrigo Castro Rezende

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

EDITORIAL - A POLÍTICA E O TEMPO HISTÓRICO EM ÁFRICA

Aos leitores e as leitoras que refletem sobre o continente africano, um ponto caro ao se debruçarem sobre essa região é a questão do tempo. Desde crianças somos ensinados a ver, sentir e pensar sob as epistemologias Ocidentais. O retrato disso é que sempre analisamos o “outro” pelo viés temporal quadripartite, não conseguindo nos desvencilhar disso. Pensamos o tempo humano a partir de uma suposta antiguidade, medievo, modernidade e contemporaneidade.

Tomamos outros povos sob estes vieses e não nos apercebemos que essa noção de tempo – seus fatos e conceitos – é algo tipicamente Ocidental. Com isso, contribuímos para a existência de uma África inventada, distante do que ela é, e indiretamente, naturalizamos a homogeneidade criada, como se o tempo fosse criado no continente com a chegada dos europeus. Isto vale também para a periodização dividida em “pré-colonial” e “colonial”. É a colonização de um continente por potências estrangeiras que estabelece a demarcação do tempo?

Em suma, se assim procedermos, seremos contribuidores da Biblioteca Colonial. Afinal, de que África estamos falando? Essa foi a pergunta feita nos primeiros Simpósios Temáticos do Grupo de Pesquisa em África da ANPUH Nacional. Até o momento, não há uma resposta definitiva e, penso que não haverá. Porém, uma coisa é certa: temos que analisar os homens e mulheres do continente africano por seus próprios aportes teóricos e noções de mundo e de tempo. Não há tempo sem cultura; não há cultura sem seres humanos; e não há seres humanos sem espaço.

Dito isso, a África, que de longe tem a maior quantidade de povos do globo, deve ser pensada de maneira múltipla, não cabendo homogeneidades. O que é válido para um povo, pode não

ser para o seu vizinho, ainda que pertençam ao mesmo “grupo étnico” ou que falem línguas idênticas, ou da mesma “família linguística”. Não há um só item que poderia juntar esses povos, a não ser a nossa necessidade de continuarmos com as balizas epistemológicas ocidentais. Devemos nos libertar!

Para o presente volume, um pouco disso é discutido. Oito textos compõem esse número, os quais trazem reflexões sobre a política de quatro países: Líbia, Congo, Angola e Moçambique. Sendo os três últimos com ligações históricas na formação do nosso país.

Em relação a Líbia, Mahfouz Ag Adnane e Mohamed Issouf Ag Mohamed, discutem, através do texto “A luta pela integração dos Kel Tamasheq (Tuaregues) Líbios: Uma análise de um desafio transnacional”, a situação política e social da Líbia, especialmente, através do movimento denominado La Lil Tamyiz (Não à discriminação! em árabe), iniciado nos primeiros meses de 2020, em busca de direitos civis.

Partindo para o Congo, em “Aspirações da Carta Africana e a sombra do Neocolonialismo: desafios na proteção das crianças nas minas de coltan da RDC”, Fredson T. D. dos Santos e Adauray S. M. Porto, abordam como um instrumento jurídico, igual ao da Carta Africana, acaba em desuso em função do Neocolonialismo e a extração de coltan feito por crianças na República Democrática do Congo.

Para Angola, somos agraciados com três textos que atravessam o período colonial e desembocam na estruturação do Estado angolano. No primeiro deles, Leonardo Tuyenikumwe Pedro, com “Fases e estratégias portuguesas de ocupação colonial de Owambo, no extremo sudoeste de Angola”, relata as estratégias portuguesas para ocupar regiões, como a de Owambo, que não tinham a presença lusitana até então, sendo feito em quatro fases: presença, penetração, conquista e colonização efetiva. O próximo artigo, “As bases político-ideológicas do surgimento do multipartidarismo em Angola”, escrito por Armando Chipaco Vifuanda, analisa o surgimento do multipartidarismo no país, através das disputas político-ideológica dos líderes dos principais partidos de época. Por último, cabe apresentar o texto de Dinis Kebanguilako, “O sistema educativo transitório e a construção do estado nação em Angola na Primeira República (1975-1992)”, cuja discussão orbita também a criação do Estado-nação angolano, mas objetivando analisar o sistema educativo. Neste artigo, o autor tenta compreender o processo de “hegemonização política” da sociedade.

Com relação aos trabalhos que esse volume traz sobre Moçambique, Hamilton Matsimbe, em “ONG’s e transição democrática em África: Moçambique no contexto da região, 1980-2000”, relaciona os papéis das ONGs no país na melhoria das condições de vida das populações em

situações de vulnerabilidade socioeconômica de Moçambique, sobretudo, entre 1980 e 1990, a partir das reformas neoliberais pós-Guerra Fria.

Com Martinho Pedro descobrimos que os movimentos de libertação de Moçambique e os denominados “partidos históricos” ensejaram a fomentação de uma elite do país, ao passo que uma parcela populacional foi marginalizada. Por isso o título, “Elitização em “partidos históricos” como fonte de uma fraca convivialidade e de graves conflitos sociais na África Austral: um estudo com enfoque em Moçambique” reflete tão bem essa discussão.

O último texto a ser apresentado, “Mweembe e a origem dos Yaawo do norte de Moçambique”, escrito por Agostinho Molesse, é um presente para quem privilegia o estudo regionalizado de um país do continente africano, pois nos brinda com a discussão da origem do povo Yaawo e o uso dessa terminologia no decorrer do tempo.

E é com essa palavra – tempo – que gostaria de terminar esse pequeno texto. Nesse número, há oito artigos que analisam o “contemporâneo”, mas por diversas lentes. Albert Einstein escreveu que o tempo é relativo. E de fato o é! As crianças da RDC, o movimento social na Líbia, assim como as discussões políticas em Angola e em Moçambique não estão na mesma noção de tempo. Experiências distintas, em contextos diferentes, mudam aquilo que denominamos pelo designativo de tempo. O tempo uniforme e padronizado é uma ilusão de mau gosto, cuja homogeneização não pode ter lugar em África. Por isso o meu cuidado com os usos do adjetivo pátrio “africano”, algo que tomo de empréstimo do nosso editor geral, o Prof. Ivaldo Marciano.

A todas e todos uma excelente leitura!

Dr. Rodrigo Castro Rezende (UFF – Campos dos Goytacazes)